



Aos dezoito dias do mês de março do ano de dois mil e vinte, realizou-se, pelas dezasseis horas e quinze minutos, na Sala de Sessões dos Paços do Concelho, uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Setúbal.

Esta reunião foi presidida pela Sra. Presidente da Câmara Maria das Dores Marques Banheiro Meira e na mesma estiveram presentes o Sr. Vice-Presidente Manuel Joaquim Pisco Lopes e os Srs. Vereadores Fernando Jorge de Oliveira Paulino, Carlos Alberto Mendonça Rabaçal, Carla Alexandra Potrica Guerreiro, Paulo Alexandre Cruz Lopes, Pedro Sérgio Fernandes Pina, Ricardo Jorge Fialho Oliveira, Sandra Marina Lopes Frota Gomes e Eugénia Filomena Rodrigues Valido Oeiras da Silveira.

O Sr. Vereador Rui Miguel da Costa Lamim Vieira esteve presente, em substituição do Sr. Vereador Nuno Miguel Oliveira de Carvalho, ficando o pedido de substituição e o documento de verificação de identidade e legitimidade de membro substituto arquivados em pasta anexa à presente ata, sob os registos n.ºs 1 e 2.

Secretariou a reunião, de acordo com n.º 3, do Artigo 24.º, do Regulamento da Organização de Serviços em vigor, o Diretor do Departamento de Administração Geral e Finanças, Paulo Jorge Simões Hortênsio.

A Ordem de Trabalhos da reunião, entregue a todos os membros, nos termos do n.º 2, do Artigo 25.º, do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 04/2015, de 07 de janeiro, consta em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 3.

Índice

- A) Período de Antes da Ordem do Dia**
 - 1. Informações à Câmara (eventual apresentação).**
 - 2. Assuntos diversos de interesse para a autarquia.**
- B) Período da Ordem do Dia**
 - 1. Projeto de ata da reunião ordinária de câmara de 04 de março de 2020.**
 - 2. Deliberação n.º 116/20 – Proposta 05/2020 – GAP – Protocolo de Cooperação entre o Município de Setúbal e a Junta de Freguesia de Ferrel.**
 - 3. Deliberação 117/20 – Proposta n.º 19/2020 – DAF/DICOMP/SECOMP – Concessão do direito de exploração da Cafeteria/Bar e Copa do Convento de Jesus/Museu de Setúbal.**
 - 4. Deliberação n.º 118/20 – Proposta n.º 20/2020 – DAF/DICONT/SERGEP – Adenda ao Contrato de Comodato celebrado entre o Município de Setúbal e a Associação Cristã da Mocidade de Setúbal.**
 - 5. Deliberação n.º 119/20 – Proposta n.º 21/2020 – DAF/DICONT/SERGEP – Cedência de área do domínio público municipal à Junta de Freguesia de São Sebastião, para instalação e exploração de quiosque no jardim do Bairro Afonso Costa.**
 - 6. Deliberação n.º 120/20 – Proposta n.º 22/2020 – DAF/DICONT/SERGEP – Hasta pública para alienação de um prédio urbano, sito em Rua Guilherme Gomes Fernandes, 3, da União de Freguesias de Setúbal.**
 - 7. Deliberação n.º 121/20 – Proposta n.º 23/2020 – DAF/DICONT – 3.ª Alteração Modificativa ao Orçamento da Despesa e 2.º ao Plano Plurianual de Investimentos – Ratificação.**

8. **Deliberação n.º 122/20 – Proposta n.º 24/2020 – DAF/DICONT – 3.ª Alteração Permutativa ao Orçamento da Despesa, 3.ª ao Plano de Atividades e 3.ª ao Plano Plurianual de Investimentos.**
9. **Deliberação n.º 123/20 – Proposta n.º 25/2020 – DAF/DICONT/SECONT – Alterações de Fundo de Maneio.**
10. **Deliberação n.º 124/20 – Proposta n.º 27/2020 – DAF/DICOMP - Adicional ao contrato para a “Concessão de exploração de um terreno municipal para a construção e exploração de campos de padel no Parque Verde de Vanicelos, em Setúbal”.**
11. **Deliberação n.º 125/20 – Proposta n.º 28/2020 – DAF/DICOMP - Isenção de pagamento de taxas com ocupação da via pública com esplanada, por compensação de custos de instalação de sanitário público na “Praia da Saúde”.**
12. **Deliberação n.º 126/20 – Proposta n.º 05/2020 – DRH/DIGAT – Processo disciplinar n.º 7/2019 – DRH/GC contra Marina Andreia da Cunha Moreiras Pinto Teixeira.**
13. **Deliberação n.º 127/20 – Proposta n.º 06/2020 – DRH/DIGAT – Processo disciplinar n.º 4/2019 – DRH/GC contra Sílvia Andrea do Nascimento Chumbita Nunes.**
14. **Deliberação n.º 128/20 – Proposta n.º 02/2020 – SMPCB – Projeto de Regulamento do Conselho Municipal de Segurança de Setúbal.**
15. **Deliberação n.º 129/20 – Proposta n.º 41/2020 – DCDJ – Projeto “Educar no Mar” - Protocolo de colaboração com a Cooperativa Ocean Alive.**
16. **Deliberação n.º 130/20 – Proposta n.º 42/2020 – DCDJ/DICUL – Concurso Marchas Populares de Setúbal 2020 - Retificação.**
17. **Deliberação n.º 131/20 – Proposta n.º 43/2020 – DCDJ/DIJUV – Doação de obra de arte ao município.**
18. **Deliberação n.º 132/20 – Proposta n.º 02/2020 – DAAE/DIAES – Protocolo de cedência de espaço à ACCSET - Associação das Coletividades do Concelho de Setúbal.**
19. **Deliberação n.º 133/20 – Proposta n.º 03/2020 – DAAE/DIAES – Protocolo de Cooperação pelo Empreendedorismo entre o Município de Setúbal e o Banco Comercial Português, S.A. - Millennium BCP Microcrédito.**
20. **Deliberação n.º 134/20 – Proposta n.º 04/2020 – DAAE/DIAES – Protocolo de colaboração entre o Município de Setúbal e o FOR-MAR – Centro de Formação Profissional das Pescas e do Mar.**

C) Período destinado à intervenção do Público.

A) PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

1 – Informações à Câmara (Eventual apresentação)

- a) Foi dado conhecimento pela Sra. Presidente, dos mapas relativos aos despachos proferidos no âmbito do seu gabinete, do Serviço Municipal de Proteção Civil e Bombeiros e do Departamento de Urbanismo (Licenciamentos), conforme documentos anexos arquivados em pasta anexa à presente Ata, sob os registos n.º s 4 a 7.
- b) Foi dado conhecimento do mapa relativo aos despachos proferidos pelo Sr. Vice-Presidente no âmbito do Departamento de Recursos Humanos, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 8



2 – Assuntos diversos de interesse para a autarquia

Sra. Presidente – Disse que, infelizmente, pelas circunstâncias e à cautela, para proteção de todos, a reunião seria à porta fechada. Esperava que fosse a última reunião dos tempos difíceis e que, quando voltassem, fosse para celebrar a vitória daquela guerra com o mínimo de danos possível, além daqueles que já estavam a causar à economia e à saúde, até mental, de todas as pessoas, incluindo de todos os que já tinham partido em função da Pandemia.

Sr. Vereador Paulo Lopes – Disse que, em nome do Partido Socialista, estavam totalmente solidários e disponíveis para apoiar todas as medidas que a Sra. Presidente e o Executivo já tivessem tomado ou entendessem tomar, independentemente do rigor, para combater na guerra que estavam a travar. Queriam deixar claro, em ata, essa disponibilidade. Aquele não era o tempo de combaterem entre eles, era o tempo de combaterem aquele inimigo externo e, portanto, de total solidariedade e de apoio a todas as medidas que a Sra. Presidente entendesse tomar, independentemente do grau.

Tinha ficado só com uma dúvida: Quando a Sra. Presidente disse que seria a última reunião era porque iam ficar suspensas, ia ser feita só uma por mês ou achava que esta situação ia acabar cedo de mais? Não tinha percebido, era só para especificar.

Sra. Presidente – Disse que, enquanto se mantivesse o Plano de Emergência, as pessoas só podiam circular com um documento da Proteção Civil que justificasse a pertinência da circulação, porque podiam ser penalizadas pelas forças de segurança. Como era óbvio, ia ter esse documento, porque ia andar por aí, mas que em princípio, mais ninguém iria ter.

Sr. Vereador Fernando Paulino – Disse que, em nome dos Vereadores do Partido Socialista e para além do que tinha sido dito pelo Vereador Paulo Lopes - antecipando, certamente, informações que a Sra. Presidente teria para dar acerca daquela situação, que afetava todo o mundo, infelizmente não éramos exceção -, queria perguntar à Sra. Presidente ou ao Senhor Vereador, se os pudessem esclarecer, sobre as medidas que já tinham sido adotadas e que medidas seriam adotadas para mitigar o sofrimento dos setubalenses e dos azeitonenses.

Também queria saber qual era o grau de evolução dos casos do COVID no concelho. Não sabia se a Sra. Presidente tinha essa informação, ou não, ou se a Proteção Civil a teria.

Só para reforçar o que o Vereador Paulo Lopes tinha dito, aquele não era o tempo da política partidária, era o tempo da política de todos e estavam todos naquele combate. Falava enquanto cidadão, enquanto autarca, enquanto responsável por outros cidadãos e responsável pela sua própria família. Como todos os outros, estava preocupado com aquela situação, que era nova para todos, e estava certo de que íamos ganhar a batalha.

Os Vereadores do Partido Socialista estavam com a Sra. Presidente em todas as medidas que fosse necessário tomar, fossem políticas ou fossem do âmbito cívico. Estariam juntos, para ajudar naquilo que fossem as maiores necessidades, para mitigar as consequências daquela pandemia junto dos munícipes. Podia contar com eles naquela hora. Não era hora de fazer política, era hora de estarem todos unidos para fazer política para todos e não a política de cada um. Era isso que queria deixar reforçado. Contassem com eles, estavam todos unidos naquela luta.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que, de uma forma muito sumária, tinha sido declarado o Estado de Alerta pela Sra. Presidente da Câmara Municipal, que tinha sido ratificado pela Comissão Municipal de Proteção Civil, e, entretanto, o Governo, no dia seguinte, também tinha decretado o Estado de Alerta.

A Comissão Municipal de Proteção Civil tinha criado um grupo de trabalho orientado para a logística de apoio alimentar e outros aspetos de necessidade da população. Era uma comissão que tinha os Presidentes das Juntas e tinha a Cáritas e outras entidades envolvidas e que iria ter um papel relevante. Ia reunir dali a um bocado, para preparar as medidas necessárias.

Entretanto, tinham desenvolvido um Plano de Contingência Interno, para proteger os trabalhadores, organizar os serviços e garantir a defesa dos trabalhadores, mantendo, na medida do possível, alguma produtividade. A maioria dos trabalhadores das áreas técnico-administrativas estavam em teletrabalho e o pessoal da área operacional estava a trabalhar, até poder, em horários rotativos, de manhã e de tarde. Não eram turnos, eram pequenas equipas, garantindo o trabalho de exterior e garantindo o trabalho de interior só em situações de grande segurança e com a devida proteção. Tinha sido criado um grupo de trabalho municipal interno de coordenação, na Câmara, com os diretores de departamento, que estava a monitorizar as medidas internas que iam tomando.

Já tinham reunido com todas as superfícies comerciais de Setúbal, que tinham ficado de apresentar um pacote de um cabaz básico, mais largo que os cabazes habituais dos bancos alimentares, que metia artigos de higiene e produtos de saúde. Estavam disponíveis para fornecer e ter uma reserva até 10 por cento, se necessário, para apoiar as situações mais críticas do concelho, mas, sobretudo, os agentes de socorro e as entidades envolvidas no processo de socorro.

Também tinham feito uma reunião com a Segurança Social e estavam a articular com a mesma as medidas que tinham que ser tomadas.

Tinham feito uma reunião com as unidades hoteleiras do concelho naquela manhã, 15 unidades hoteleiras, que, pela natureza da situação, estavam a ficar vazias de clientes, que estavam disponíveis para alojar, se necessário, os agentes de segurança (GNR, PSP), trabalhadores da Câmara e quem fosse necessário. Também estavam disponíveis para, se necessário, reservar unidades hoteleiras em exclusivo para camas de doentes, complementando as camas hospitalares. Esse processo estava articulado e em andamento.

Em Setúbal tínhamos, confirmadas no dia anterior, daquele dia ainda não havia confirmação, 3 pessoas infetadas, de acordo com a informação do hospital.

Tinha recebido naquele momento, de uma fonte que era a Antena 1, o projeto de Decreto do Estado de Emergência, a confirmar-se que ia haver mesmo Estado de Emergência. Portanto, parecia que a coisa se ia mesmo confirmar.

No caso de Estado de Emergência, iríamos ter, seguramente, também medidas de contenção, sobretudo da mobilidade, e isso iria obrigar a parar uma série de serviços.

Estavam com uma dificuldade que tinha que ser compreendida, é que tinham, em permanência, cerca de 200 empreitadas em curso. Naquele momento, nas principais empreitadas, as empresas tinham trabalhadores que tinham filhos em casa e também estavam a colocar o problema de reduzir a atividade e, eventualmente, parar. Com o Estado de Emergência iam mesmo parar todas. Já tinham uma ou outra que tinha parado. Tinham uma série de subempreiteiros, empresas mais pequenas, que também já tinham parado. As empresas maiores estavam a assegurar. A ABB estava a assegurar serviços mínimos, mas estava a continuar a laborar. Com o Estado de Emergência as coisas iriam ter uma paragem e estavam a lidar com os empreiteiros, a acertar os termos legais para além do Estado de Emergência, depois do retorno, de suspensão de trabalhos, aquelas coisas que era obrigatório ter quando houvesse inspeções, para garantir toda uma capacidade de resposta das empresas, para as quais tinham saído naquele dia uma série de medidas que, pessoalmente, achava insuficientes, mas eram um primeiro passo, iam seguramente ser mais largas, de apoio fiscal e outras medidas para pagar salários, para se manterem abertas, etc., uma série de medidas desse género, que iriam permitir que elas, depois de passar aquela crise, aparecessem para concluir os trabalhos que estavam em curso e que tão importantes para o nosso concelho.

Em relação a outras questões, estavam a fazer um grande esforço para criar um ambiente de serenidade, um ambiente de calma. A Sra. Presidente tinha um papel importante nisso e a nossa Comunicação, que estava na equipa de coordenação, tinha um papel importante nisso. Respondiam diariamente a centenas de pedidos de informação e dúvidas de munícipes e de trabalhadores, mas, quanto aos trabalhadores, tinham uma organização interna que conseguia resolver o essencial dos problemas, procurando estabelecer um ambiente de calma, de segurança e de perceção de que estávamos numa situação crítica, em que podiam estar todos infetados naquela sala ou nenhum. Tínhamos que ter consciência de que isso podia acontecer

e saber que era uma coisa natural se acontecesse. Era um acontecimento natural que tinha regras próprias, que tinha protocolos próprios. Para ajudar os outros, cada um de nós tinha que se ajudar a si próprio e tinha que seguir os protocolos.

Estavam a fazer um grande esforço nesse sentido e a perceção que tinham - não sabia se toda a gente tinha a mesma perceção – era que tinha havido um acolhimento dessas indicações. No dia anterior tinham decidido fechar as esplanadas e iam avançar com o fecho das portas em definitivo.

Tinham sido concebidas medidas para os restaurantes, no sentido de reduzir a um terço do espaço útil, mas o mais certo seria o encerramento total. Estavam numa redução de tudo quanto era contacto social. Em relação aos trabalhos municipais, iriam manter os trabalhos básicos, como era o caso da recolha de lixo e outros, iriam manter piquetes operacionais para certas situações de emergência, tudo aquilo seria coordenado, em permanência, entre os Serviços de Proteção Civil e a Senhora Presidente da Câmara. Iriam caminhar numa relação de proximidade ao nível da proteção e socorro, trabalhando em conjunto ou à distância sempre que se justificasse, para garantir o normal funcionamento e controlo de todo o processo. Decidiram que os parqueamentos deixassem de ser pagos para evitar o contágio dos seus utilizadores. Certamente todos tinham acompanhado os despachos da Senhora Presidente da Câmara, tendo como finalidade que as coisas funcionassem o melhor possível.

Sr. Vereador Fernando Paulino – Disse que enquanto Presidente de uma instituição social estariam disponíveis para tudo aquilo que viesse a ser necessário, no âmbito de apoio à população.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que todos os trabalhadores da câmara que fizessem teletrabalho, se necessário seriam chamados e vinham prestar serviço de apoio à comunidade. Naquele momento estavam a ser constituídas equipas em cada serviço de apoio à comunidade, que iam sendo chamadas de acordo com as necessidades. A ideia era trabalhar com a maximização dos meios e recursos necessários e chamá-los de acordo com a necessidade de cada momento.

Sra. Presidente – O senhor vereador já tinha explicado grande parte daquilo que tinha sido feito, das reuniões feitas com todos os trabalhadores sectorialmente. As reuniões começaram por se fazer em pequenos grupos no Mercado do Livramento e depois passaram para o Fórum Municipal Luísa Todi, em grupos de 50, mas devidamente espalhados. Não foram a tempo de reunir com o serviço de higiene e limpeza, bem como com os trabalhadores da recolha dos lixos da noite, porque a situação precipitou-se rapidamente, mas foi a senhora vereadora do pelouro que, posteriormente, reuniu com todos os setores da higiene e limpeza, no sentido de explicar todas as medidas, disponibilizando-se para tudo o que fosse necessário, no âmbito da câmara. A Senhora Vereadora foi acompanhada com os membros do Gabinete de Saúde Ocupacional, com o Diretor de Departamento e com o Chefe de Divisão da área. O executivo estava muito preocupado com a ansiedade revelada pelos trabalhadores, que era absolutamente normal, uma vez que os restantes trabalhadores da câmara estavam quase todos em casa em teletrabalho. Alguns dos trabalhadores tinham levado computadores, assinando o termo de responsabilidade, levaram processos, sendo que todos eles foram devidamente identificados, bem como os processos que foram levados para casa para que pudessem ser devidamente estudados, cuja relação se encontrava em poder de cada chefe. Os primeiros trabalhadores que foram para casa, cerca de três semanas antes, eram pessoas com algumas fragilidades, pessoas com diabetes, com problemas oncológicos e outros, funcionários com filhos menores, mesmo antes de o Governo ter dado a ordem já estavam em casa e quando as escolas foram fechadas, os funcionários foram imediatamente para casa. O Governo tinha dito que se deveria pagar dois terços do ordenado, no entanto, a câmara iria pagar o ordenado na sua totalidade, uma vez que os funcionários estavam em teletrabalho. Os trabalhadores a recibo verde só poderiam receber um terço, para poderem dar assistência aos filhos menores, no entanto a câmara tinha decidido pagar-lhes na totalidade, porque também

esses funcionários estavam em teletrabalho. Relativamente às escolas do escalão “A” havia poucas crianças a solicitar refeições, sendo que essas refeições estavam a ser distribuídas nas sedes de agrupamentos e nessa distribuição estavam incluídos alguns trabalhadores da câmara que viviam sozinhos e que não tinham condições para comprar comida.

A Câmara Municipal de Setúbal fazia parte de um grupo de trabalho da Área Metropolitana de Lisboa, com todos os presidentes de câmara, constituindo um grupo de trabalho no “WhatsApp”, no sentido de interajuda em relação aos equipamentos necessários e urgentes. Não havia preferências, nem cores, o vírus não tinha cor e por essa razão foi criado um grupo de trabalho muito solidário, que também permanecia em contato com a Associação Nacional de Municípios.

Tinham recebido as mais variadas mostras de solidariedade, desde pessoas que se voluntariavam para ajudar idosos, bem como na área da saúde, sendo a Câmara Municipal a centralizar e a coordenar os voluntários. Muitas das instituições também se voluntariaram, como tinha sido o exemplo da Associação de Socorros Mútuos. Empresas na área da publicidade disponibilizaram de forma gratuita os seus “Outdoors”, para se poder dar mais informação à população. Tinha sido criado um grupo de trabalho na área da alimentação em colaboração com algumas superfícies comerciais, que resultou em respostas muito positivas, uma vez que se disponibilizaram para apoiar pessoas carenciadas, ou pessoas que não pudessem deslocar-se aos mercados e supermercados. Reunisse com os hotéis e tinham surgido quinze unidades que disponibilizaram a 100% os seus equipamentos, para apoio aos hospitais, em caso de isolamento. A Bacalhoa Vinhos tinha disponibilizado as suas instalações, a parte que estava concluída, para que se pudesse fazer o isolamento de possíveis contágios e colocaram à disposição os seus tratores, trabalhadores e materiais que habitualmente faziam a desinfeção das vinhas, para desinfetar os espaços públicos. Tinha sido uma onda muito grande e muito interessante de solidariedade perante uma situação nova, em que todos estavam interessados em resolver.

Tinham tido um pedido de ventiladores e máscaras, por parte do Hospital de São Bernardo, o que os levou a solicitar à câmara da cidade de “Tianjin” o respetivo material, a qual tinha respondido em menos de 24 horas, estavam a preparar a remessa dos ventiladores e das máscaras. A Câmara Municipal de Setúbal tinha feito um protocolo de cooperação com o município de “Tianjin” e o Instituto Politécnico de Setúbal por causa da Oficina Lu Ban Portuguesa, por essa razão foi feito o pedido ao Senhor Presidente da Câmara de Tianjin. Tinha sido uma atitude impressionante e era naquelas alturas que se sabia com quem se podia contar e como as coisas se processariam.

Sra. Presidente - Apresentou a saudação *“Aos trabalhadores do concelho que asseguram funções essenciais em tempo de pandemia do COVID-19”*.

Disse que pretendia colocar na saudação mais duas entidades, sendo uma delas a Área Metropolitana de Lisboa, pela forma notável com que tinha estado a coordenar a inter-relação entre os municípios, a outra saudação seria para o Governo, pela forma como numa hora tão difícil se tinha desmultiplicado em grandes esforços através dos vários ministérios, mas sobretudo no ministério da Saúde, para proteger o povo português. Por essa razão o texto da saudação deveria ser melhor articulado, devendo fazer constar as duas entidades, sem excluir a Comissão de Proteção Civil Municipal e Supramunicipal e a AML.

Sr. Vereador Fernando Paulino – Disse que se associavam àquela saudação, inclusive pelo que tinha sido dito anteriormente pela Sra. Presidente da Câmara. Concordavam com o acrescento que foi feito à saudação, porque nem sempre era fácil decidir em momentos difíceis e nem sempre os responsáveis que tinham que tomar as decisões eram compreendidos, por essa razão seria justo que se tivesse feito essa referência.



Sr. Vereador Ricardo Oliveira – Disse que para além de ter concordado com tudo aquilo que tinha sido colocado, também era justo uma palavra pela disponibilidade das direções dos agrupamentos de escolas do concelho, bem como pela disponibilidade de todos os professores para aquilo que fosse necessário.

Sr. Vereador Rui Lamim – Disse que concordavam inteiramente com a saudação e gostaria de acrescentar um conjunto de pessoas que mantinham a vida a correr, nomeadamente as pessoas da logística, as pessoas que mantinham os serviços de infraestruturas a funcionar, tais como a água, as telecomunicações e a energia, que o faziam com algum sacrifício.

A saudação “Aos trabalhadores do concelho que asseguram funções essenciais em tempo de pandemia do COVID-19” com as alterações introduzidas, consta como documento arquivado em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 9

“Aos trabalhadores do concelho que asseguram funções essenciais em tempo de pandemia do COVID-19

A Câmara Municipal de Setúbal saúda todos os trabalhadores do concelho que, por força das tarefas que desempenham, se mantêm nos seus postos de trabalho no momento difícil em que vivemos graças à emergência sanitária gerada pela pandemia do novo vírus Corona (COVID-19).

Saudamos, em particular, aqueles que, na Câmara Municipal, nas áreas da higiene e limpeza e manutenção de espaços verdes, continuam a trabalhar para garantir a execução de tarefas essenciais ao funcionamento de Setúbal e à vida de todos nós. Sem eles, gerir a cidade e o concelho nas difíceis circunstâncias em que nos encontramos seria uma tarefa muito mais complexa.

A nossa saudação estende-se aos restantes trabalhadores camarários que se mantêm em funções nos seus locais de trabalho, respeitando, escrupulosamente, as orientações quer da proteção civil municipal, quer das autoridades de saúde, para que, em segurança, o aparelho municipal continue a funcionar e a servir o interesse público.

Devida é, igualmente, saudação muito especial aos trabalhadores do setor da saúde que, dia e noite, zelam pelo nosso bem-estar e que, no caso dos serviços públicos, demonstram, nestes dias, a importância crucial de um Serviço Nacional de Saúde forte, resiliente e devidamente capacitado de meios financeiros e humanos para responder às necessidades correntes e às situações extraordinárias como as que vivemos.

Muitos merecem neste momento a nossa distinção, mas, no presente contexto vale também a pena saudar os diretores das nossas escolas e os trabalhadores dos setores das águas, telecomunicações e energia que tudo fazem para que consigamos manter a maior normalidade possível nas nossas vidas.

A Câmara Municipal realça, igualmente, o importante papel desempenhado pela Área Metropolitana de Lisboa na coordenação dos municípios neste processo, assim como do Governo, pelo empenhamento permanente colocado no combate a este vírus.

A Câmara Municipal de Setúbal tudo continuará a fazer, no que estiver ao seu alcance, para minimizar os efeitos provocados pela pandemia do COVID-19, na certeza de que, enquanto comunidade forte e coesa que somos, portadora de forte identidade e sentido de solidariedade, seremos capazes, juntos, ultrapassar esta difícil situação.”

Sra. Presidente – Disse que se tratava de um dia de lamentações, mas também de um dia de zanga. O executivo do Partido Socialista enquanto tinha estado nesta câmara, tinha apresentado uma gestão ruínosa, desastrosa, que tinha deixado o município como todos tinham tido conhecimento e o mercado de Azeitão não tinha sido exceção. O mercado de Azeitão tinha sofrido as obras por iniciativa da Junta de Freguesia de Azeitão, que o tinha a seu cargo havia vários anos. O Partido Socialista tinha mantido aquela gestão na posse da Junta de Freguesia de S. Lourenço e a CDU quando tinha tomado posse na Câmara em 2001 e quando tinham feito a descentralização de competências, manteve o mercado na gestão da Junta de Freguesia

de Azeitão. Como era do conhecimento geral tratava-se de um mercado sem condições, a precisar de requalificação, de bem-estar para os comerciantes e utentes. O executivo da Junta de Freguesia de Azeitão tinha proposto fazer obras, solicitou a uma empresa para fazer o orçamento das obras que eram previstas, solicitou à Câmara Municipal apoio para essas obras que a Câmara Municipal não tinha previsto no seu orçamento aquele tipo de requalificação, mas poderia ajudar com uma pequena verba. O executivo da Junta adjudicou ao melhor orçamento depois de uma consulta pública e a câmara tinha contribuído com aquilo que o seu orçamento permitia, mas como era do conhecimento de todos, quando se iniciava uma obra faltava sempre qualquer coisa. Tinha sido uma obra que ultrapassara os seis mil euros, cuja execução tinha tido a colaboração dos eleitos e era concebida para comerciantes e população em geral. Há exceção de senhora Presidente de Junta de Freguesia de Azeitão que enquanto autarca recebia umas ajudas de custo mínimas, porque tinha uma reforma, todos os restantes membros apenas recebiam umas senhas de presença em dias de reunião. Disse que se tratava de pessoas que davam tudo da sua vida para trabalharem em prol dos outros, que tinham sido eleitas pelo povo e trabalhavam para o povo, no entanto tiveram que se sujeitar a uma auditoria pelo Tribunal de Contas, não pelo facto que o Tribunal de Contas tivesse decidido fazer esta auditoria, mas no seguimento de uma queixa feita pelo Partido Socialista. Considerou uma atitude muito baixa, ainda por cima vindo da parte do Presidente da Concelhia do Partido Socialista. Na política não valia tudo, era preciso haver alguma dignidade, alguma correção, alguma lisura e alguma solidariedade por aqueles que trabalhavam. O Partido Socialista quando tinha estado a gerir a câmara tinha deixado tudo numa miséria e nunca ninguém tinha feito queixa junto do Tribunal de Contas. Alguns do Partido Socialista tinham-se escondido no anonimato e tinham feito algumas denúncias, das quais tinha tido conhecimento. A auditoria do Tribunal de Contas tinha ido para a plataforma pública. Era lamentável que o Presidente da Concelhia, Paulo Alexandre da Cruz Lopes tivesse assinado uma queixa, porque tinha considerado fracionado por diversas razões. Queria acreditar que o senhor Vereador Paulo Lopes, uma pessoa que tinha considerado bem formada, tenha sido induzido por alguns militantes, que demonstraram fragilidades quase que psíquicas, fragilidades emocionais de formação como seres humanos, num partido que considerava que tivesse alguma base de solidariedade, humanismo e democracia, de um partido que até era poder.

Tinham denunciado pessoas que estavam a fazer uma obra para bem da população, obra que eles nunca tinham feito, mas que essa população iria ter conhecimento da forma como funcionava o Partido Socialista.

Não estavam a falar de obras de interesse particular dos membros da Junta de Freguesia, não estavam a falar de interesses particulares, nem de corrupções, não se tratava de figuras públicas e com grande responsabilidade deste país, que tinham sido alvo de processos. Disse que não se chamaria Maria das Dores se não denunciasses publicamente tudo aquilo que aconteceu, porque a população do Concelho de Setúbal e de Azeitão tinham que ter conhecimento daquela situação. Referiu, ainda, que nunca se queixou por ser mal paga, mas exigia algum respeito pelo seu trabalho, não tinham conseguido provar que alguém se estivesse a abotoar com o dinheiro do erário público. Aquilo era de uma dureza inexplicável, para dar cumprimento a militantes malformados, gente que não tinha o mínimo de decência, de lucidez e de formação interior, pessoas que apenas se espelhavam através do ódio, da vingança e da perseguição, gente desequilibrada mentalmente. Como era possível que um alto dirigente do conselho daquele partido, um partido do Governo, um partido com grandes responsabilidades no país, e na gestão de tudo isto tivesse tomado aquela atitude. Iria mandar todo aquele processo para conhecimento do Primeiro-Ministro. Como era possível que um homem que pertencia ao partido do Governo que se tinha esfalfado e que tinha sido solidário - razão pela qual iriam incluir na saudação - um Governo que não tinha tido descanso 24 horas sobre 24 horas, na demonstração da competência, de preocupação e de humanismo, com medidas que foram referidas em relação às finanças e à economia? Como era possível que neste município se continuasse com o ódio, inveja e perseguição? Gente desequilibrada da cabeça, gente odiosa. Tinha que referir tudo aquilo e tinha que ficar registado para que a população de Setúbal viesse a saber.

Sr. Vereador Paulo Lopes – Congratulou-se com o facto de a Sra. Presidente da Câmara lhe ter dado oportunidade de poder responder, de uma coisa que tinha tido conhecimento há cinco minutos atrás. O Partido Socialista há cerca de um ano detetou uma situação anómala, numa obra da Junta de Freguesia de Azeitão e por essa razão tinha questionado o executivo da junta sobre a obra, nada tinha sido feito sob anonimato, no entanto poderia tê-lo feito. O Tribunal de Contas tinha mecanismos para o fazer sob esse anonimato, mas não tinha querido fazer, porque assumia as coisas que entendia que deveriam ser feitas. Tinha havido questões que tinham sido suscitadas, razão pela qual tinha questionado o executivo da Junta de Freguesia de Azeitão diretamente, através dos seus eleitos na Assembleia de Freguesia e a resposta tinha sido um assumir claro de que as anormalidades não tinham existido. Perante a resposta do executivo da junta, era óbvio que qualquer pessoa com responsabilidade, não poderia ter outra postura que não aquela. A situação tinha sido detetada quando na Junta de Freguesia tinham falado sobre um determinado valor para o Mercado de Azeitão e passado algum tempo na Câmara Municipal ou na Assembleia Municipal tinha sido falado outro valor, cerca de 40 mil euros cedidos pela Câmara Municipal de Setúbal. Tinham existido dois valores, sendo um deles assumido pela Câmara Municipal e outro pela Junta de Freguesia de Azeitão, o que levou a questionar o executivo da junta de freguesia. Perante a resposta que lhes tinha sido dada, assumindo que havia esses valores – a questão não seria pelo facto de ter sido mais seis mil euros ou menos seis mil euros, mas pelo facto de não ter sido cumprido - assumindo que tinha havido uma subdivisão da empreitada de acordo com a resposta que lhes tinha sido dada, depois de terem feito as perguntas e terem tido aquelas respostas não lhes restou outra alternativa, porque o silêncio às vezes é complicado. Enquanto Presidente da Concelhia, aquilo era para o bom e para o mau, tal como era o cargo da Sra. Presidente da Câmara, mas numa escala diferente, às vezes faziam coisas menos agradáveis, outras mais agradáveis, no entanto tinha assumido e não quis que tivesse sido qualquer outro militante ou autarca da freguesia, porque não era uma situação fácil, por isso tinha pretendido assumir na íntegra, porque quem liderava teria que o fazer. Nunca tinha sido colocado em causa a seriedade e a integridade de qualquer elemento do executivo. A Sr. Presidente tinha falado de pessoas que trabalhavam e não recebiam nada e que estavam a ser postas em causa por diversas opções, nunca nada disso tinha sido colocado em causa. Tinha havido um procedimento no qual não tinha sido cumprida a lei, por essa razão questionaram e o executivo da Junta de Freguesia terá assumido de alguma forma de acordo com a resposta que lhes deu e por isso tiveram que dar cumprimento. Apenas tinha tido conhecimento havia cerca de cinco minutos sobre aquele assunto através de uma pessoa, porque havia mais de um ano que o Tribunal de Contas não se tinha ainda pronunciado sobre o andamento daquela situação. Tinha sabido em primeira mão que o Tribunal de Contas considerou que as razões que lhes tinham assistido, na realidade tinham tido valor jurídico. Referiu, ainda, que queriam crucificar quem fazia o trabalho de oposição, porque o trabalho de oposição passava por aquilo. Os camaradas da Sr. Presidente do Partido Comunista noutras Câmaras Municipais faziam exatamente o mesmo, o controlo dos procedimentos e quando tinham dúvidas também mandavam para as instâncias para que pudessem ser esclarecidos. Muitas das dúvidas levantadas por esses autarcas nas respetivas instituições eram devidamente esclarecidas e encontravam-se de acordo com a lei, por essa razão eram arquivadas, mas também existiam outras questões que tinham as respetivas consequências, porque esses autarcas não tinham dado o devido cumprimento da lei. Não via nada que fosse fora daquilo que era o regime democrático, do funcionamento das instituições. O Paulo Lopes, Presidente da Concelhia de Setúbal do Partido Socialista não andava a fazer queixas anónimas, certamente terão sido outras pessoas a que a Senhora Presidente se estaria a referir e não à sua pessoa. Estavam de consciência tranquila, porque aquilo que estava em causa não era o valor, mas a forma como se faziam as coisas e quando não eram feitas corretamente teriam aquele tipo de problemas assumidos. Uma Junta de Freguesia, fosse qual fosse, teria que cumprir a lei. Se entendessem que a lei estaria malfeita, teriam que propor a sua alteração ou denunciarem a quem de direito. Não tinha sido o Partido Socialista que agiu incorretamente, nem foi o Presidente da Concelhia do Partido Socialista que agiu mal em todo aquele processo, mas agiu sempre com total clareza, assumindo claramente sem se ter

escondido no anonimato. Confessou que não tinha em seu poder a decisão do Tribunal de Contas e até ter mais qualquer informação, aquilo que poderia assumir era a responsabilidade na defesa de quem votou no Partido Socialista, no sentido de poder fazer um trabalho numa oposição construtiva e não de “bota-abaixo”, com algum controlo, para que pudesse haver algum rigor nas coisas que eram possíveis aferir. A Senhora Presidente enquanto autarca nunca passou por um registo de oposição, enquanto esteve no poder na Câmara de Setúbal, mas quem estava no registo da oposição tinha uma informação escassa e de difícil interpretação. A oposição também não recebia dinheiro, não tinham um ordenado e também tiravam tempo aos seus familiares e aos seus empregos, para se dedicarem a fazer política autárquica. Significava que também tinham as suas limitações, mas dentro dessas limitações também tinham a responsabilidade de agir quando eram confrontados com os diversos procedimentos e terá sido nessa lógica que tinham decidido intervir. Não era nada pessoal com nenhum dos envolvidos, conhecia algumas das pessoas e tinha muita consideração e respeito pela senhora Presidente da Junta de Freguesia de Azeitão, não era nada relacionado com questões pessoais, mas o executivo tinha tido um procedimento errado, e de acordo com o entendimento do Tribunal de Contas iria no mesmo sentido. Se assim fosse o procedimento teria que ser retificado e teria que ser regularizado, não via qual seria a situação que pudesse advir em termos extrapolação por outras coisas.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que o momento que estavam a viver colocava numa forma baixa e ridícula a atuação do Partido Socialista em Azeitão da forma de fazer política. Aquela forma de fazer política estava a entupir o Tribunal de Contas, tornando-o incapaz de dar os vistos às obras fundamentais que o país precisava. Estava a atrasar os vistos por seis meses a um ano, porque não tinha tempo, nem tinha pessoas para o fazer de uma forma mais célere. Não era virgem aquela atuação do Partido Socialista, já tinham tido uma queixa crime do Partido Socialista por causa do concurso urgente do Convento de Jesus. Se aquela queixa-crime tivesse sido procedente, o Convento de Jesus teria “caído”, partindo de uma denúncia ao Ministério Público, que naquele espaço foi dita pelo Senhor José Luís Barão do Partido Socialista. Felizmente à época, o Tribunal de Contas analisou o processo e considerou-o procedente, por isso as obras no Convento estavam a avançar e iriam lançar agora a terceira fase. Na sequência daquela queixa, a Inspeção-Geral de Finanças determinou que a decisão do Tribunal de Contas tinha sido errada e que por isso a Câmara Municipal teria que pagar uma multa de 300 mil euros, a qual foi descontada no valor dos fundos comunitários. Tudo aquilo que tinha dito era para se perceber que a atuação do Partido Socialista não tinha sido virgem. Pensavam que aquele tipo de atuação tinha terminado e pertencia a outra geração de eleitos do Partido Socialista, na realidade era uma estratégia e uma forma de estar. Enquanto o Tribunal de Contas tinha tido tempo para pegar na queixa do senhor vereador Paulo Lopes e atuar sobre quem teria cometido um erro administrativo, sem se ter apropriado de bens, mas terá feito um bem para a comunidade. Eram formas de fazer política muito difíceis de perceber e não valia a pena vir com a argumentação da oposição, porque havia muita forma de fazer oposição. Uma coisa era o aproveitamento de bens e recursos públicos, outra coisa eram os erros administrativos e para isso é que existia o Tribunal de Contas, não era necessário que alguém fosse denunciar. Estavam com um período de quase dois anos para obter visto de um empréstimo, para as obras no Bairro da Manteigada. O Tribunal de Contas que estava tão ocupado, mas só para atrasar o processo, questionou sobre a localização do Bairro da Manteigada, apesar de ter em seu poder todo o processo onde incluía as plantas de localização. Significava que andava entretido para atrasar as obras fundamentais para o país e dava prioridade a queixas absolutamente irrelevantes, quando na realidade lhe passava pelas mãos milhões de euros, no entanto, preocupava-se com seis mil euros. Merecia um aplauso aquela forma de fazer política, que era bem identificadora de um dado comportamento. Por essa razão estava de acordo com a Senhora Presidente da Câmara, para que todos os setubalenses e azeitonenses tivessem conhecimento daquela situação, pela forma mesquinha como se fazia política por parte do Partido Socialista no concelho.



Sr. Vice-Presidente Manuel Pisco – Tinha estado em vários mandatos, na oposição, na Assembleia Municipal e no Executivo Municipal. Chegou a invocar muitas vezes questões da legalidade. De acordo com a resposta do Professor Mata Cáceres, se fizessem tudo na legalidade provavelmente não faziam nada. No entanto nunca tinham feito uma queixa formal, mas os senhores Vereadores poderiam fazer as queixas que entendessem, participações ao Ministério Público, participações ao Tribunal de Contas e não contestava que o fizessem. Claramente haviam de perceber que estavam a fazer política de secretaria, não era política de ação que convencesse os cidadãos, por mérito das suas intervenções.

A reposição da legalidade quando havia prejuízo para o erário público era uma exigência de todos, quando não era o caso e resultava numa medalha de final de carreira de autarcas de freguesia, que naquele caso até era uma carreira brilhante em Azeitão. O que aquela Presidente de Junta de Freguesia tinha feito na sua zona de intervenção, tinha sido algo difícil de igualar e depois levava uma “medalha de bom comportamento”, com uma penalização daquele tipo e com as consequências que daí poderiam advir. As consequências mediam-se pela moral do senso comum, havia uma moral prática. Se as Juntas de Freguesia não tivessem tido o grau de tolerância, de não apertar com o cumprimento das regras legais, porque muitas das vezes não tinham meios técnicos para percorrerem todo o labirinto legal que era preciso percorrer, para que não houvesse problemas. Todas as Juntas de Freguesia tinham essa tolerância, fossem de que partido fossem, por essa mesma razão todas compreendiam aquela situação.

Sempre mediram os efeitos que seriam possíveis para criticarem politicamente, para invocarem, para votarem contra, para fazerem toda a barafunda política e a contestação sem chegarem a vias de facto que pudessem ser bastante nocivas. Tinha havido situações bastante penalizadoras nesta câmara, mas não foram por queixas nem denúncias da oposição da CDU, da APU ou do PCP. Aquele jogo de política de secretaria tinha resultados que fugiam à antecipação de quem fazia a queixa, mas manchavam aqueles que faziam o trabalho sem se aproveitarem do erário público. Devia-se ter medido aquele aspeto, mas a ação ficava para quem a tinha praticado, por essa razão a situação seria pública e era por essa razão que muitas das vezes a moral pública divergia das sentenças do Tribunal de Contas. Sendo os senhores Vereadores membros de um partido cujo Governo já tinha reconhecido formalmente que era preciso alterar, simplificar e por travão àquela situação do Tribunal de Contas. Os senhores eram membros de um partido, em que um alto dirigente era o presidente da maior câmara deste país, a Câmara Municipal de Lisboa, que veio publicamente dizer que “o Tribunal de Contas estava a atuar de forma a abusar das suas competências para penalizar as autarquias”.

O executivo estava debaixo de fogo do Tribunal de Contas e não era grande risco acreditar que alguns aspetos pareciam mesmo seletivos, quando ouviam dizer a determinadas câmaras que mandavam coisas para o Tribunal de Contas e tudo era aprovado tacitamente. No entanto, o processo de uma Junta de Freguesia era visto pelo Tribunal de Contas e no prazo de um ano tinha sido sentenciado. Aqueles efeitos também poderiam ter acontecido com cores diferentes, mas se não faziam oposição pela política e preferiam a secretaria não deveriam ter grandes ganhos políticos por isso. Continuem a fazer queixas, mas a moral comum, a do senso comum, não lhe parecia que fosse bem usada.

Sra. Vereadora Carla Guerreiro – Disse que queria deixar uma palavra de solidariedade à Sra. Presidente da Junta da União de Freguesias de Azeitão. Tinha acompanhado aquele processo na altura, as questões que estiveram ali em causa tinham a ver com a necessidade de se aproveitar a obra que estava ali em curso para se proceder a uma melhor iluminação de espaço. A obra já tinha algum avanço, em termos de pedidos de orçamento e cumpria em tudo a lei. O que esteve ali em causa foi que a Câmara não tinha tido disponibilidade para fazer e a Presidente da Junta não quis que se voltasse a trás em todo o trabalho que teria que ser feito, abrir valas e fazer trabalhos que seriam escusados, nunca pensando que seria encarado pelo Tribunal como fracionamento. Se a Sra. Presidente da Junta de Azeitão assim o tivesse previsto com certeza que não o tinha feito. Deixava ali a sua solidariedade para com a Sra. Presidente



da Junta da União de Freguesias de Azeitão que tentou fazer o melhor, tentando poupar custos para as duas entidades, acabando naquele desfecho, achava lamentável.

Sra. Presidente – Disse que aquele não era um trabalho de oposição, aquele tinha sido um trabalho que não tinha qualificação. Como tinha referido o Sr. Vice-Presidente, já tinham sido ali oposição, durante aproximadamente 16 anos e nunca tinham denunciado nenhum processo contra a Câmara de Setúbal. Tinha muito orgulho em pertencer ao seu partido e de ser muito diferente do Partido Socialista. O Sr. Vereador Carlos Rabaçal tinha falado no Convento de Jesus, mas existiam mais para serem denunciados às pessoas, com provas. Não eram mesmo iguais, aquilo tinha sido a forma mais baixa, mais subterrânea de fazer oposição, quando eles tinham sido incapazes de fazer uma vedação, nem uma vedação ali existia.

Não tinham posto em causa nenhum elemento, porque eram muito bonzinhos, tinha sido só para fazer queixa que eles tinham feito fracionamento da lei, agora cada um pagava do seu bolso a multa que lhe competia, perguntou se isso era cumprir a lei, com total clareza. Perguntou se tinham cumprido com a lei quando tinham feito desaparecer sacos e sacos de documentos do arquivo em vésperas de eleições e documentos da contabilidade, quando ainda não existia POCAL. Perguntou se nessa altura estavam a cumprir com a lei e a proteger Setúbal ou se estavam a proteger-se de alguma coisa. Não tinham feito queixa ao Ministério Público, nem às Finanças, mas deviam ter feito, tinham dito isso ao Presidente deles na época, que devia ter feito. Tinha sido feitas auditorias para saber qual era a situação financeira, mas não tinham feito queixa a ninguém.

Lembrava-se, quando tinha sido Vereadora, que no primeiro dia de trabalho, na Praça do Brasil, com um pé de cabra lhe tinham rebentado o seu computador novo que estava na sua secretária, para retirarem o disco rígido e nem se tinham dado ao trabalho de o desparafusar para não danificar o computador, tinha fotografias disso. Não tinham feito queixa, mas deviam ter feito. Não tinham aquele ódio, nem aquela sede de vingança que o partido socialista tinha, por isso eram diferentes.

Lembrava-se, também, de uma situação que tinha acontecido em Almada, cidade onde vivia, referente à sede de vingança e de ódio, de ter sido feita uma queixa por causa dos relógios que eram oferecidos aos trabalhadores da Câmara quando se aposentavam, uma coisa ignóbil.

Era lamentável, no imediato a Junta iria pagar do seu bolso as custas que eram de seis mil euros, valor igual ao que tinha sido excedido na obra. Gostava de saber se o Partido Socialista e o Sr. Vereador assumiam essas queixas, porque a intenção até não era prejudicar ninguém. A verdadeira intenção era parar obras, a intenção era que não se fizessem obras para as pessoas, porque isso era fazer política no entender do Partido Socialista. Aquilo que o Partido Socialista não tinha feito bem vingava-se no trabalho que estava a ser bem executado, achava isso lamentável. Isso era uma coisa que iria ter que ser bem explicada às pessoas, aproveitavam o Convento de Jesus e outras obras que eles não tinham aprovado.

Disse ainda que, como era do conhecimento dos senhores Vereadores tinha havido desde novembro/dezembro conversações com a "Seven Properties", relacionada com a Comenda. Tinha havido muita paciência, muitas reuniões, tinham vindo os últimos documentos e a paciência tinha terminado. Para que os senhores Vereadores soubessem iria ser colocada uma ação de providência cautelar em relação à utilização de espaços e que estavam a estudar seriamente uma ação de expropriação. Tinha que ser feita a desafetação do Parque da Comenda e do parque de estacionamento em Albarquel, mas não haveria mais diálogo porque as propostas daqueles senhores tinham sido chocantes. Tinha chegado ao ponto de solicitarem certificado de registo criminal de quem entrasse dentro daquele espaço. Disse que lhe tinha "saltado a tampa", mas como deviam calcular as coisas tinham que ficar arrumadas, razão pela qual naquele dia de manhã tinha sido o dia em que tinha terminado o prazo em relação ao processo da Comenda. Tinha sido feitas propostas consideradas do outro Mundo, entre outras coisas, como por exemplo entre o n.º 11 e o n.º 17, aos sábados e domingos não poderíamos deslocarmo-nos ao local, porque os senhores estariam em descanso. Além de solicitarem o registo criminal iriam precisar de saber quem devia alguma coisa à "Seven



Properties”, e quem devesse também não poderia entrar no parque. Nos próximos dias seria intentável uma ação contra.

Intervenção inaudível.

Sra. Presidente – Disse que iria ver com os advogados, porque acabou e já tinha havido vários diálogos. A situação iria ser mais drástica. Os escuteiros já haviam colocado uma providência cautelar em relação ao moinho, que não estava ainda despachada, estava só para a utilização.

Intervenção inaudível.

Sra. Presidente – Disse que se tratava de servidões. Tínhamos três pedidos, para o parque de estacionamento, o Parque da Comenda e os trilhos, sendo que os trilhos apenas poderiam ser utilizados entre as 11h00 e as 17h00, mas acompanhados de uma lista de imposições e aos sábados e domingos as pessoas não poderiam passar porque os proprietários precisariam de descansar. As pessoas que faziam as caminhadas, podiam-no fazer exceto sábado e domingo, normalmente era quando as provas se faziam e quando as pessoas utilizavam aquele espaço para lazer.

Tudo aquilo era muito mau para ser verdade, tinham acabado as reuniões e a resposta ao protocolo iria ser aquela.

Sr. Vereador Paulo Lopes – Disse que tinha saído um “post” da Águas do Sado bastante infeliz, que posteriormente tinha sido retirado, que dizia que os pagamentos deixavam de ser presenciais e passavam a ser por Multibanco ou por “Mb Way” e que os cortes de água continuariam a existir caso não houvesse pagamento.

Sra. Presidente – Disse que quando soube mandou de imediatamente retirar aquela informação.

Sr. Vereador Paulo Lopes – Questionou se os cortes de água estavam suspensos por falta de pagamento.

Sra. Presidente – Disse que estavam suspensos por obrigação por parte da Câmara. Ninguém iria cortar a água num momento tão difícil que as pessoas estavam a passar, era o que mais faltaria. Aquele “post” tinha estado cerca de uma hora.

Intervenção inaudível.

Sra. Presidente – Disse que havia prorrogação de prazo em relação aos pagamentos das rendas, as pessoas só pagariam quando pudessem. Era o que mais faltaria a Águas do Sado mandar cortar a água.

Estavam-se a adaptar e ver o que iria acontecer.

B) PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1. Projeto de Ata da reunião ordinária de câmara de 04 de março de 2020

A Sra. Presidente submeteu o projeto de Ata a votação, tendo o mesmo sido aprovado, por unanimidade dos presentes na referida reunião, não tendo havido discussão sobre o mesmo.

4

2. Deliberação n.º 116/20 – Proposta n.º 05/2020 – GAP – Protocolo de Cooperação entre o Município de Setúbal e a Junta de Freguesia de Ferrel.

A Sra. Presidente leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 10 e 11, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por maioria e em minuta, com 10 votos a favor, 7 da CDU e 3 do PS, e 1 abstenção do PSD.

3. Deliberação n.º 117/20 – Proposta n.º 19/2020 – DAF/DICOMP/SECOMP – Concessão do direito de exploração da Cafeteria/Bar e Copa do Convento de Jesus/Museu de Setúbal.

A Sra. Presidente leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 12 a 14, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

4. Deliberação n.º 118/20 – Proposta n.º 20/2020 – DAF/DICONT/SERGEPI – Adenda ao Contrato de Comodato celebrado entre o Município de Setúbal e a Associação Cristã da Mocidade de Setúbal

A Sra. Presidente leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 15, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

5. Deliberação n.º 119/20 – Proposta n.º 21/2020 – DAF/DICONT/SERGEPI – Cedência de área do domínio público municipal à Junta de Freguesia de São Sebastião, para instalação e exploração de quiosque no jardim do Bairro Afonso Costa.

A Sra. Presidente leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 16 e 17, não tendo havido discussão sobre a mesma.

Sr. Vereador Paulo Lopes – Perguntou qual tinha sido a razão que tinha levado a Câmara a fazer essa cedência à Junta para ser ela a gerir a exploração do quiosque.

Sra. Presidente – Disse que a Câmara já tinha tido várias pessoas naquele quiosque, normalmente deixavam de pagar a renda ou fechavam o quiosque e desapareciam. Tinham tido um pedido da Junta de Freguesia para gerir e receber o dinheiro da exploração do quiosque. Entendiam que a gestão da Junta, tal como já tinha sido feito para outras Juntas, porque existiam mais quiosques atribuídos às juntas, ficava mais bem entregue do que se fossem eles a gerir. Por esse motivo decidiram aceder ao pedido da Junta de Freguesia.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.



6. Deliberação n.º 120/20 – Proposta n.º 22/2020 – DAF/DICONT/SERGEP – Hasta pública para alienação de um prédio urbano, sito em Rua Guilherme Gomes Fernandes, 3, da União de Freguesias de Setúbal.

A Sra. Presidente leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 18 a 20, não tendo havido discussão sobre a mesma.

Sr. Vereador Paulo Lopes – Disse que iriam votar favoravelmente aquela proposta, no entanto, relembrou que quando tinha sido votada a aquisição, aquela proposta tinha sido por uma permuta onde estavam naquele momento as bombas de gasolina, no Monte Belo. Na altura tinha gerado alguma discussão, o Sr. Vereador Luis Rodrigues do PSD, tinha feito daquele processo uma batalha. A intervenção do Partido Socialista tinha sido feita por ele, que tinha dito na altura, que aquela zona estaria mais vocacionada para aquilo que a própria proposta dizia, para a atividade privada poder dinamizar, pela centralidade e que a Câmara deveria escolher um outro espaço para fazer o centro de artes e com isso criar novas centralidades e dinamizar outros espaços. Se a Câmara conseguisse vender por um milhão e meios de euros seria um excelente negócio. A função da Câmara não era de investidor imobiliário, no entanto era obviamente um excelente negócio. Reforçava que a posição inicial deles tinha sido a mais certa. A envolvente onde se situava os Armazéns de Papéis do Sado precisava de ser dinamizada para poder haver uma reconversão urbanística. Concordavam e iriam votar favoravelmente.

Sra. Presidente – Disse que o Sr. Vereador Paulo Lopes tinha toda a razão, tinha dito que deviam estar noutro sítio e não ali, porque ali deveria estar outra coisa, ou habitação média ou média alta, comércio ou outra coisa com outra valência que não a da juventude, mas nessa altura ainda não tinham a gráfica, ainda não tinham os Armazéns de Papéis do Sado. Os Armazéns de Papéis do Sado apareceram pouco tempo depois, e tendo em linha de conta o valor, a dimensão e a grandiosidade daquele espaço, agarraram a oportunidade. Mas continuavam a manter o interesse na Fábrica das Artes.

Tinha sido a irreverência, e bem, da juventude e da cultura que tinham pedido para abrir aquele espaço para fazerem ali um evento e todos os eventos ali realizados encheram. Perceberam que era ali que tinha que ser a Fábrica das Artes e transmitiram isso ao executivo. Os Armazéns de Papéis do Sado estavam no centro da cidade, ali tinham pátios, estavam mais protegidos, não precisavam de estar na rua, a causar alguma perturbação e os artistas da cidade gostavam de trabalhar naquele espaço.

Sr. Vereador Paulo Lopes – Intervenção inaudível.

Sra. Presidente – Disse que tinha que ir à Assembleia Municipal no final de abril, se houvesse, se tivesse sido decidido outra data teriam que aguardar nova Assembleia. Existiam pessoas interessadas, era certo que discutiam o valor, iam ver o que acontecia. A avaliação era mais baixa, mas tinham ido pela avaliação de valor de mercado, aguardavam resultados.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que achava que dizer o número do euro milhões depois de ele ter saído era fácil. Se o Sr. Vereador tivesse dito que os Armazéns de Papeis do Sado estavam ali e que devíamos ir para lá e tivéssemos dito que não, que preferíamos ir para outro sítio, o Sr. Vereador dizia que tinha razão. Sempre que o Sr. Vereador dizia talvez e eles mudassem a ideia inicial, porque estavam no terreno e tinham versatilidade para encontrar melhores soluções, o Sr. Vereador dizia que tinha razão, dessa forma iria ter sempre razão.

Sr. Vereador Paulo Lopes – Disse que existia ali uma questão estratégica, ele tinha dito, na altura, que achava que aquela zona, em particular, deveria ser dada para que a iniciativa privada a desenvolvesse, porque tinha muita apetência e muita procura. Não tinha a ver com



aquele em função de outro lugar específico, não lhe competia dizer que tinham ali aquele espaço, ainda iam dizer que ele tinha ali algum interesse. Estavam a falar em interesses estratégicos, na opinião deles aquela zona era a zona da restauração, dos bares, a zona com algum movimento noturno, esse até tinha sido um dos argumentos da CDU e, portanto, entendiam que essa “movida”, que tinha sido criada em torno de um equipamento daqueles devia ser numa zona degradada ou deprimida, urbanisticamente falando, para potenciar. Pelas palavras da Sra. Presidente e do Sr. Vereador Pedro Pina, era o que estava a acontecer, com o incremento de atividade que os antigos Armazéns de Papéis do Sado estavam a ter em termos impactantes ali, era só isso mais nada. Acertar no euro milhões antes todos o faziam como era óbvio, mas não tinha sido essa a questão.

Sr. Vereador Pedro Pina – Disse que naquele dia tinha dificuldade em falar, naqueles e em outros assuntos, embora fosse importante dizer que mesmo num momento em que priorizavam as necessidades de subsistência, era sempre importante não serem esquecidas as necessidades de existência e a cultura continuaria a ser sempre uma necessidade de existência para nos diferenciarmos enquanto seres humanos.

Importava referir em primeiro lugar, que aquilo que tinham sido os argumentos apresentados para aquele espaço, na frente ribeirinha mantinham-se completamente válidos, aliás por aquilo que o Sr. Vereador tinha acabado de expressar, aquela premissa de se considerar também importante não se encontrarem ali cluster ou guetos de áreas de desenvolvimento, que não tivessem de uma forma articulada, integrada outro tipo de oferta. Aquilo tinham visto e que tinham efetivamente pensado, era que a componente cultural que estava expressa para o projeto da Fábrica das Artes, naquele equipamento, era complementar a uma oferta que sobretudo estava muito centrada na área da restauração e na área do comércio. Era isso que continuava a estar ali e até estava considerado que aquele espaço também tivesse uma componente comercial, no sentido de restauração e de oferta. Aquilo que o Sr. Vereador à data tinha dito, não conferia exatamente aquilo que presentemente tinha sido decidido. Aquilo que tinha sido decidido, decorria de uma circunstância que à data não tinha existido, até pela particularidade de atribuir a um espaço, que estava devoluto, com as características que tinha aquela centralidade e aquele sentido de ser ocupado com aquelas valências, que era uma coisa completamente diferente daquilo que os Senhores tinham dito. Aquilo que aquele executivo tinha decidido tinha sido dar um sentido sobretudo e acompanhado também da dinâmica de outros equipamentos que ali já existiam, recordava o Museu do Trabalho, a Casa do Corpo Santo, a Casa do Bocage, o Arquivo Américo Ribeiro e um conjunto de outros tantos movimentos de iniciativa privada que a própria Rua Arronches Junqueiro, tinha vindo a acolher e portanto tinha-se percebido que as características que o espaço tinha, conseguiam cumprir aquela função de uma forma muito maior do que o próprio espaço que estava na frente ribeirinha possuía, dando um sentido maior àquilo que tinha sido o projeto de Setúbal, como uma cidade de centralidade de criação artística, era esse o pressuposto que estava associado àquele espaço designado presentemente de “A Gráfica”, Setúbal como centralidade de criação artística, era para isso que “A Gráfica” ia servir, para criação artística. Quando à data tinham proposto aquele espaço, fazia todo o sentido e se tivessem tido condições assim tinha sido, mas aquele espaço ia trazer uma ampliação muito maior àquilo que era de facto o pressuposto deles.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por maioria e em minuta, com 10 votos a favor, 7 da CDU e 3 do PS, e 1 abstenção, do PSD.

Ausentou-se da sala o Sr. Vereador Fernando Paulino.



7. Deliberação n.º 121/20 – Proposta n.º 23/2020 – DAF/DICONT – 3.ª Alteração Modificativa ao Orçamento da Despesa e 2.ª ao Plano Plurianual de Investimentos – Ratificação.

A Sra. Presidente leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 21 e 22, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por maioria e em minuta, com 7 votos a favor da CDU, 2 abstenções do PS e 1 abstenção do PSD.

8. Deliberação n.º 122/20 – Proposta n.º 24/2020 – DAF/DICONT – 3.ª Alteração Permutativa ao Orçamento da Despesa, 3.ª ao Plano de Atividades e 3.ª ao Plano Plurianual de Investimentos.

A Sra. Presidente leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 23 e 24, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por maioria e em minuta, com 7 votos a favor da CDU, 2 abstenções do PS e 1 abstenção do PSD.

9. Deliberação n.º 123/20 – Proposta n.º 25/2020 – DAF/DICONT/SECINT – Alterações de Fundo de Maneio.

A Sra. Presidente leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 25, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por maioria e em minuta, com 9 votos a favor, 7 da CDU e 2 do PS, e 1 abstenção do PSD.

10. Deliberação n.º 124/20 – Proposta n.º 27/2020 – DAF/DICOMP - Adicional ao contrato para a “Concessão de exploração de um terreno municipal para a construção e exploração de campos de padel no Parque Verde de Vanicelos, em Setúbal”.

A Sra. Presidente leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 26 e 27, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

11. Deliberação n.º 125/20 – Proposta n.º 28/2020 – DAF/DICOMP - Isenção de pagamento de taxas com ocupação da via pública com esplanada, por compensação de custos de instalação de sanitário público na “Praia da Saúde

A Sra. Presidente leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 28 e 29, não tendo havido discussão sobre a mesma.



A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

12. Deliberação n.º 126/20 – Proposta n.º 05/2020 – DRH/DIGAT – Processo disciplinar n.º 7/2019 – DRH/GC contra Marina Andreia da Cunha Moreiras Pinto Teixeira.

O Sr. Vice-Presidente leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 30, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, por escrutínio secreto, tendo a mesma sido aprovada por maioria e em minuta, com 9 votos a favor (“SIM”) e 1 voto contra (“NÃO”).

13. Deliberação n.º 127/20 – Proposta n.º 06/2020 – DRH/DIGAT – Processo disciplinar n.º 4/2019 – DRH/GC contra Sílvia Andrea do Nascimento Chumbita Nunes.

O Sr. Vice-Presidente leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 31, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, por escrutínio secreto, tendo a mesma sido aprovada por maioria e em minuta, com 9 votos a favor (“SIM”) e 1 voto contra (“NÃO”).

14. Deliberação n.º 128/20 – Proposta n.º 02/2020 – SMPCB – Projeto de Regulamento do Conselho Municipal de Segurança de Setúbal.

O Sr. Vereador Carlos Rabaçal leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 32 e 33, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por maioria e em minuta, com 9 votos a favor, 7 da CDU e 2 do PS, e 1 abstenção do PSD.

15. Deliberação n.º 129/20 – Proposta n.º 41/2020 – DCDJ – Projeto “Educar no Mar” - Protocolo de colaboração com a Cooperativa Ocean Alive.

O Sr. Vereador Pedro Pina leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 34 e 35, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

16. Deliberação n.º 130/20 – Proposta n.º 42/2020 – DCDJ/DICUL – Concurso Marchas Populares de Setúbal 2020 - Retificação.

O Sr. Vereador Pedro Pina leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 36, não tendo havido discussão sobre a mesma.

Sr. Vereador Pedro Pina – Disse que aquela era uma daquelas propostas que esperavam ver bem concretizadas, teriam que ver o que o futuro lhes reservava, não podiam parar e, portanto, tinham que a acautelar. Se necessário fosse, estariam ali para a reavaliar.

Sr. Vereador Paulo Lopes – Disse que tinha duas questões, no início quando tinham começado as marchas, no mandato da CDU, eram aproximadamente 12. Perguntou qual era a leitura que tinha sido feita referente à menor adesão das coletividades, o que levava as coletividades a aderirem de forma menos entusiástica comparativamente ao passado. Referente à segunda questão, uma vez que já tinha sido aprovada e imaginava que estava acautelada a verba inicial no orçamento, por que razão tinham optado por reduzir a verba e não distribuí-la pelas outras coletividades.

Sr. Vereador Pedro Pina – A primeira questão levava-os para uma discussão profunda, sobre o movimento associativo. O Sr. Vereador também andava por ali, como eles andavam, atentos ao movimento associativo e às dinâmicas sociais, atentos àquilo que era participação. Em primeiro lugar achava que não existia quebra de entusiasmo, existiam fatores que levavam as próprias dinâmicas das coletividades, por uma ou outra razão, a terem ou não disponibilidade para se envolverem. Lembrou que, naquele momento, existiam circunstâncias que tinham levado àquela situação, de duas coletividades em particular, quando tinham avançado para a organização daquela edição das marchas, tudo indicava que iam participar, lembrava que desde o último regulamento a participação oficial a concurso eram 10 marchas, no passado tinham sido mais, mas presentemente em concurso oficial eram 10 marchas, o que acontecia era que participavam extra concurso a marcha da APPACDM e um conjunto de marchas infantis que também estavam associadas às coletividades que estavam a concurso. No corrente ano, quando tinham avançado para o concurso, estavam inscritas 8 marchas e tinham sido surpreendidos, mesmo na primeira reunião, com a desistência de uma primeira marcha, da “Perpétua Azeitonense”, por razões que tinham a ver com a própria dinâmica. Tinha sido uma marcha que os tinha habituado com a sua participação, não tinha sido por falta de entusiasmo, tinha a ver com a dinâmica da própria coletividade, que no corrente ano tinha entendido não participar. Outra circunstância tinha tido a ver com a coletividade “Os 13”, que depois da reunião os tinha informado da sua desistência. Recordou que existiram outras marchas que depois de alguns anos de ausência, tinham voltado a participar, como era o caso da “Palhavã”. Estavam ali dinâmicas muito próprias que decorriam da própria dinâmica associativa. Que a Câmara Municipal estava a acompanhar, vinham a estabelecer e a estimular, por exemplo as próprias marchas infantis, a participação sobretudo dos públicos mais jovens, nas próprias marchas. Existiam dinâmicas que se aplicavam não só às marchas, mas a muitas outras dinâmicas das próprias coletividades. As marchas de uma maneira ou de outra também refletiam alguma dessa parcela, mas estavam crenes que em 2021 iam voltar a ter a “Perpétua Azeitonense”, bem como “Os 13” e inclusive outras coletividades, ou outras entidades que se sentissem capazes de participar. Portanto estavam atentos, muito atentos sobre aquela questão, naquele caso em particular tinham sido situações que os tinham ultrapassado, existiam coisas que conseguiam prever, outras não, mas não lhes parecia quebra de entusiasmo, eram as dinâmicas das próprias coletividades.

Sobre aquilo que tinha proposto, não lhes fazia sentido, porque isso iria criar um problema, agora mais do que nunca, tinham que ter algum cuidado, se distribuíssem o valor orçamentado pelas coletividades, significava que iriam aumentar o orçamento a cada uma daquelas mesmas coletividades e isso significava que para o próximo ano, esperavam não 8 mas 10 e teriam que assumir aquele encargo, ficando automaticamente a Câmara Municipal com aquele ónus. Ou tinham que retirar o dinheiro às marchas que tinham participado na edição de 2020, ou então tinham que assumir que, em 2021, o valor a atribuir a cada uma das marchas era aquele que tinha sido atribuído às marchas em concurso, em 2020. Não lhes parecia de todo sensato, que se assumisse aquela situação. No entanto queria dizer que iriam aumentar o investimento nas marchas, já tinham previsto isso em orçamento, aumentar o orçamento nas marchas seria criar mais e melhores condições para o evento em si, que tinha um conjunto de apoios logísticos, de



funcionamento logístico muito grande na própria avenida, pensaram num conjunto de ações para valorizar o próprio evento. Naquele momento estavam a aprovar uma situação que tinha sido conversado com todas as marchas que estavam inscritas a concurso, o problema não era a data do concurso, era o período de preparação para o concurso, se se viesse a verificar que o tempo de preparação ficaria reduzido, ou seja o mês de abril e o mês de maio, que eram meses muito importantes, poderiam estar ali perante um cenário de adiar ou cancelar, mas teria que ser consertado e isso podia levar as próprias marchas, que neste momento já estavam numa fase bastante adiantada, na coreografia, na cenografia, nos arcos, nos figurinos, a não terem tempo para executar aquilo que era fundamental para chegar a meados de junho com a sua marcha pronta e isso podia leva-los a ter que tomar outra decisão, mas ainda era prematuro naquela fase, iam aguardar mais algum tempo para decidir sobre isto.

Sra. Presidente – Disse que, quando ali tinha chegado, das primeiras coisas que tinha feito tinha sido visitar cada coletividade, para perceber onde gastavam o dinheiro e tinha ficado impressionada como é que o dinheiro chegava. Quem estava de fora tinha uma leitura totalmente diferente. No ano seguinte, em 2003, não tinham dinheiro nenhum, e houve um ano que tiveram que saltar o apoio às marchas, não se fizeram marchas. No ano de 2004, resolveu falar com o C.N.E., com o Sr. Jorge Armindo, foi ele que pagou as marchas nesse ano. Juraram nunca mais parar com as marchas, tendo em linha de conta a importância sociológica que as marchas tinham, o número de pessoas que juntavam, o número de pessoas que as marchas levavam às coletividades, a forma como movimentavam um bairro, como movimentavam tanta gente, era uma coisa impressionante. Lembrava-se que naquela altura tinham aderido às marchas muitas coletividades, 11, 12, 13 tiveram que fazer um regulamento. Nesse regulamento eram “penalizados” os piores cenários, quem não prestasse contas, quem não fizesse uma série de coisas, para não permitir que passassem dos 10 concorrentes.

Sr. Vereador Pedro Pina – Intervenção inaudível.

Sra. Presidente – Disse que só tinha acontecido isso um ano, porque depois no ano seguinte, alguns desistiram. E achava que tinham desistido por dois motivos, primeiro porque quem queria continuar a fazer marchas tinha que ter um nível de exigência muito alto, presentemente já tinham um nível de exigência totalmente diferente, um nível de qualidade totalmente diferente, antigamente quando se via um desfile de uma marcha, já sabíamos quem ficava nos três primeiros lugares e previa-se quem ficava em último lugar. Presentemente era difícil prever quem ficava nos primeiros e últimos lugares. Isso porque tinham entrado, e bem, numa consciência, numa responsabilização, num bairrismo tão salutar e de exigência entre eles. Todos eles queriam o melhor ensaiador, o melhor coreógrafo, a pessoa que fazia uma letra e uma música mais bonita, portanto tinham tanta qualidade que se tornava difícil prever quem ficava em que lugar. Que tinham aumentado o financiamento, aumentado o apoio logístico, apoio que antigamente não davam e tinham passado a dar e isso também era dinheiro, mas não tinham conseguido dar mais financiamento, nem mais apoio logístico e alguns deles tinham começado a endividar-se para colocarem a sua marcha ao nível dos primeiros lugares. com isso no ano que se seguia, ainda estavam a pagar a dívida que tinham contraído no ano anterior. Às vezes não era um valor muito elevado, mas para eles era, tinham que vender muita bifana, muita mini, para fazerem o dinheiro necessário. Era um ato missionário daquela gente, quase um ato heroico. Era lindíssimo a forma como se empenhavam, como eram aguerridos e às vezes estavam a pagar mais mil ou dois mil euros. Outra consequência desse endividamento tinha sido o facto de existirem cada vez menos costureiras, que se disponibilizassem de forma gratuita. As costureiras, as pessoas que faziam os arcos, de forma gratuita, eram pessoas mais antigas e aquele trabalho era muito cansativo, eram pessoas muito requisitadas para duas ou três marchas, existiam cada vez menos costureiras. Começou a ser difícil, mesmo a pagar, arranjar mão-de-obra, quer nos arcos, nas eletricidades, ou na carpintaria, a mão-de-obra começou a ser difícil de arranjar e dispendiosa. Outro fator era que o espírito de algumas coletividades já não passava pelas marchas, as marchas já não eram o objetivo das novas



direções, portanto era um conjunto de fatores que levava à menor adesão das coletividades a entrarem nas marchas, no entanto, a qualidade tinha aumentado muito.

Estava a aparecer muita marcha infantil, que tinham também que colocar ali um travãozinho. Não iam a concurso, também eram perfeccionistas, mas já davam apoio, não ali, mas em outros apoios. Por último, disse que o motivo para que uma das coletividades tivesse desistido tinha sido porque 3 ou 4 marchantes tinham engravidado ao mesmo tempo, era uma notícia muito feliz, precisávamos de mais crianças.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

17. Deliberação n.º 131/20 – Proposta n.º 43/2020 – DCDJ/DIJUV – Doação de obra de arte ao município.

O Sr. Vereador Pedro Pina leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 37, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

18. Deliberação n.º 132/20 – Proposta n.º 02/2020 – DAAE/DIAES – Protocolo de cedência de espaço à ACCSET - Associação das Coletividades do Concelho de Setúbal.

A Sra. Vereadora Eugénia Silveira leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 38 e 39, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

19. Deliberação n.º 133/20 – Proposta n.º 03/2020 – DAAE/DIAES – Protocolo de Cooperação pelo Empreendedorismo entre o Município de Setúbal e o Banco Comercial Português, S.A. - Millennium BCP Microcrédito.

A Sra. Vereadora Eugénia Silveira leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 40 e 41, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

20. Deliberação n.º 134/20 – Proposta n.º 04/2020 – DAAE/DIAES – Protocolo de colaboração entre o Município de Setúbal e o FOR-MAR – Centro de Formação Profissional das Pescas e do Mar.

A Sra. Vereadora Eugénia Silveira leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 42 e 43, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

Sra. Presidente – Disse que quando viesse a ser necessário convocariam uma reunião de câmara, iriam dar sempre nota aos Vereadores tal como o fizeram, e depois voltar-se-iam a juntar. Disse que iria estar praticamente todos os dias nos Paços do Concelho que era o único edifício que não tinha sido encerrado, os restantes tinham sido encerrados e tinham os contactos dos funcionários de todos os serviços.

Intervenção inaudível.

Sra. Presidente – Apenas os serviços mínimos, Higiene e Limpeza, os trabalhadores faziam a ronda, mas não precisavam de fazer as oito horas, praticamente ao fim de duas horas iriam para casa. Os piquetes do DOM eram sempre solicitados, os eletricitas, tal como estava naquele momento presente o senhor Amantino do qual agradeceu a sua presença, assim como outros serviços de piquete que seriam precisos, estariam sempre contactáveis.

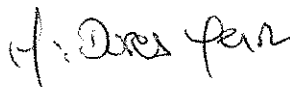
Em respeito pelas várias recomendações e orientações emitidas pela Direção Geral de Saúde sobre eventual propagação do COVID-19, a reunião foi à porta fechada, sem a presença de público de acordo com o Edital n.º 30/2020, de 16 de março.

A Sra. Presidente submeteu à votação e aprovação as deliberações tomadas em minuta, as quais foram aprovadas por unanimidade.

Esgotada a ordem de trabalhos, a Sra. Presidente declarou encerrada a reunião quando eram dezoito horas e trinta minutos.

Sempre que se indicou ter sido aprovada em minuta qualquer deliberação, dever-se-á entender ter sido aprovada nos termos e para os efeitos do disposto nos n.ºs 3 e 4, do Artigo 57.º, da Lei n.º 75/13, de 12 de setembro.


A Presidente da Câmara,



Maria da Dores Marques Banheiro Meira

Esta ata que foi aprovada em reunião de Câmara de 8 de abril de 2020, por unanimidade, contém 23 folhas numeradas e rubricadas pela Sra. Presidente da Câmara.

O Diretor do Departamento de Administração Geral e Finanças,



Paulo Jorge Simões Hortênsio

Ata elaborada por:
Carlos Mendes
Aldora Poeira
Vitor Marcos

Conferida por:
Ana Paula Lico

Revista por:
Paulo Hortênsio